N/E/X/T AUDITORES

Demonstrações Financeiras

PHD FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

CNPJ: 39.769.038/0001-69

Administrado pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CNPJ: 62.285.390/0001-40

DATA BASE
30/09/2025 - EXERCÍCIO

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes	3
Demonstração da posição financeira	10
Demonstração do resultado do exercício	11
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	12
Demonstração dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório Dos Auditores Independentes Sobre As Demonstrações Financeiras

Aos cotistas e à administradora do

PHD FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

Administrado pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
São Paulo, SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do PHD Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("Fundo"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 30 de setembro de 2025 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações no patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo na mesma data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do PHD Fundo de Investimento em Direitos Creditórios em 30 de setembro de 2025 e o desempenho de suas operações para o exercício findo na mesma data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios.

Base Para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos De Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A determinação dos Principais Assuntos de Auditoria compreendeu a análise das áreas avaliadas como de maior risco de distorção relevante e riscos significativos, julgamentos significativos de nossa parte sobre áreas que envolveram estimativas por parte da administração e os efeitos sobre a auditoria de fatos e transações significativos ocorridos durante o período. Como resultado de nossos trabalhos, determinamos como principais assuntos a serem tratados no presente trabalho:

DIREITOS CREDITÓRIOS

Consideramos a avaliação dos direitos creditórios como um assunto relevante em nossa auditoria devido ao fato de que o Fundo possui um saldo de R$ 189.769 mil,

que representa 93,82% do patrimônio líquido composto por esses ativos. Consequentemente, o resultado apresentado é proveniente dos rendimentos desses direitos creditórios, os quais impactam de forma significativa o patrimônio líquido do Fundo. Dessa forma, em função da representatividade do saldo dos direitos creditórios a receber bem como da complexidade e da abrangência do ambiente geral de controles internos, julgamos os direitos creditórios como uma área de foco em nossas abordagens de auditoria.

COMO CONDUZIMOS O PAA EM NOSSA AUDITORIA

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspectos julgados necessários conforme as circunstâncias: (i) a avaliação dos controles relacionados a aquisição, baixa, liquidação, recompra e rendimentos dos direitos creditórios; (ii) cumprimento dos critérios de elegibilidade dos direitos creditórios adquiridos, conforme definidos no regulamento do Fundo; (iii) testes de conciliações contábeis dos principais saldos, avaliando a documentação suporte no sentido de avaliar a integridade dos registros efetuados; (iv) verificação do recebimento financeiro em período subsequente de uma amostra de direitos creditórios a receber; (v) leitura e avaliação das constatações existentes nos relatórios de lastro dos direitos creditórios; (vi) verificação da existência, em base de amostras, dos direitos creditórios (lastro) e (vii) análise da adequação das divulgações das informações nas notas explicativas.

Nossos procedimentos foram elaborados com o objetivo de mitigar os principais riscos, relacionados aos direitos creditórios a receber, que o fundo está exposto.

RESULTADO DOS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA EXECUTADOS

Consideramos que os principais critérios e premissas adotados pela administração quanto à existência e valorização dos direitos creditórios são consistentes e alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

PROVISÃO PARA PERDAS POR REDUÇÃO NO VALOR DE RECUPERAÇÃO

Consideramos a provisão para perdas por redução no valor de recuperação como um assunto relevante devido ao fato de o processo de reconhecimento e mensuração

das provisões para redução no valor de recuperação dos direitos creditórios envolver premissas baseadas em julgamentos por parte da administração.

A aplicação de diferentes técnicas para fins de determinação das estimativas poderia resultar em um valor significativamente diferente das provisões.

Dessa forma, os tratamentos contábeis dados a este ativo foram considerados tema de maior foco em nossa auditoria.

COMO CONDUZIMOS O PAA EM NOSSA AUDITORIA

Analisamos os controles que suportam os saldos contábeis, bem como a movimentação ocorrida no período, além de verificar a evolução dos saldos em comparação a outros indicadores diretamente ligados à evolução dos saldos das provisões, tal qual as receitas e despesas com perdas relacionadas aos direitos creditórios.

Verificamos as políticas, premissas e procedimentos adotados pela administração para mitigar os riscos operacionais e riscos de crédito associados ao processo de constituição das provisões bem como a sua efetividade através de procedimentos de checagem de operações realizadas. Aplicamos procedimentos substantivos objetivando evidenciar a documentação que suporta os registros contábeis decorrentes dos fatos ocorridos.

RESULTADO DOS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA EXECUTADOS

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas por redução no valor de recuperação, e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela administração do Fundo, assim como as respectivas divulgações são apropriadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Responsabilidades Da Administradora Do Fundo Pelas Demonstrações Financeiras

A Administradora do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimentos em direitos creditórios e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administradora do Fundo é responsável pela avaliação da capacidade do Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administradora do Fundo pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

O responsável pela governança do Fundo é a sua Administradora, com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades Do Auditor Pela Auditoria Das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva

razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administradora do Fundo.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administradora do Fundo, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau - SC, 15 de dezembro de 2025.

NEXT AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

CRC-SC 8.765/O-4
Ricardo Artur Spezia – Sócio
Contador SC-028595/O-2

PHD Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
CNPJ: 39.769.038/0001-69

(Administrado pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CNPJ: 62.285.390/0001-40)

Demonstração da Posição Financeira em 30 de setembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	30/09/2025	% sobre patrimônio líquido	30/09/2024	% sobre patrimônio líquido
Ativo				
Disponibilidades	**534**	**0,26**	**890**	**0,64**
Singulare CTVM S.A.	1	-	1	-
Banco Bradesco S.A.	533	0,26	889	0,64
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**110**	**0,05**	**2.076**	**1,50**
Letra do Tesouro Nacional - LTN	110	0,05	2.076	1,50
Títulos e Valores Mobiliários	**14.372**	**7,10**	**9.747**	**7,05**
Cotas de Fundos de Investimentos	**14.372**	**7,10**	**9.747**	**7,05**
Fundos de Investimento Financeiro	**14.372**	**7,10**	**9.747**	**7,05**
Cotas de Fundos de Investimento em Renda Fixa	14.372	7,10	9.747	7,05
Direitos Creditórios	**189.769**	**93,82**	**125.476**	**90,79**
Direitos creditórios sem aquisição substancial dos riscos e benefícios	**142.183**	**70,29**	**93.114**	**67,38**
Direitos Creditórios a vencer	135.723	67,10	87.094	63,03
Direitos Creditórios vencidos	9.850	4,87	8.463	6,12
(-) Provisão para perda por redução ao valor de recuperação	(3.390)	(1,68)	(2.443)	(1,77)
Direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios	**47.586**	**23,53**	**32.362**	**23,41**
Direitos Creditórios a vencer	43.571	21,55	29.002	20,98
Direitos Creditórios vencidos	4.310	2,13	2.006	1,45
(-) Provisão para perda por redução ao valor de recuperação	(1.476)	(0,73)	(804)	(0,58)
Nota Comercial - NC	-	-	377	0,27
Direitos Creditórios Outros Títulos	1.181	0,58	1.781	1,29
Outros Valores a Receber	**1.837**	**0,91**	**2.581**	**1,87**
Outros valores a receber	1.781	0,88	2.544	1,84
Despesas Antecipadas	56	0,03	37	0,03
Total do ativo	**206.622**	**102,14**	**140.770**	**101,85**
Passivo				
Taxa de Administração e Gestão	68	0,03	83	0,06
Taxa de Custódia e Auditoria	41	0,02	39	0,03
Consultoria	1.100	0,54	800	0,58
Cotas a resgatar	2.500	1,24	-	-
Outros valores a pagar	619	0,31	1.637	1,18
Total do passivo	**4.328**	**2,14**	**2.559**	**1,85**
Patrimônio líquido	**202.294**	**100,00**	**138.211**	**100,00**
Total do passivo e patrimônio líquido	**206.622**	**102,14**	**140.770**	**101,85**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PHD Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
CNPJ: 39.769.038/0001-69

(Administrado pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CNPJ: 62.285.390/0001-40)

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	30/09/2025	30/09/2024
Composição do resultado do exercício		
Direitos Creditórios	**41.576**	**26.459**
Resultados de direitos creditórios	41.814	23.970
Resultados de direitos creditórios - outros títulos	50	2.062
Resultados de direitos creditórios - juros e reembolsos	1.331	(1.656)
Provisão/Reversão por redução no valor de recuperação	(1.619)	2.083
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	**95**	**41**
Rendas de aplicações	95	41
Títulos e Valores Mobiliários	**1.076**	**928**
Títulos Públicos Federais	**-**	**9**
Resultados com títulos de renda fixa	-	6
Ajuste pelo Valor Justo	-	3
Cotas de fundos de investimento	**1.076**	**919**
Resultado de aplicações em cotas de fundos de investimento	1.076	919
Demais receitas	**1**	**-**
Outras receitas diversas	1	-
Demais despesas	**(13.452)**	**(9.494)**
Taxa de Custódia e Auditoria	(302)	(290)
Taxa de administração e gestão	(1.173)	(873)
Taxa de distribuição de cotas	(1)	-
Despesas do Serviço Financeiro	(219)	(187)
Taxa de fiscalização - CVM	(35)	(28)
Despesas de consultoria	(11.700)	(8.093)
Despesas Jurídicas	-	(16)
Despesas de serviços técnicos especializados	(15)	-
Outras despesas diversas	(7)	(7)
Resultado do exercício	**29.296**	**17.934**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PHD Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
CNPJ: 39.769.038/0001-69

(Administrado pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CNPJ: 62.285.390/0001-40)

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

	30/09/2025	30/09/2024
Patrimônio líquido no início do exercício	**138.211**	**94.786**
Total de 14.968,391565 cotas Subordinada a R$ 2.078,422711	31.111	-
Total de 14.745,879143 cotas Mezanino a R$ 1.677,268575	24.733	-
Total de 50.693,007532 cotas Sênior a R$ 1.624,818902	82.367	-
Total de 16.650,941858 cotas Subordinadas a R$ 1.718,968783	-	28.622
Total de 13.207,509719 cotas Mezanino a R$ 1.445,518640	-	19.092
Total de 33.295,055104 cotas Sênior a R$ 1.413,791670	-	47.072
Resultado do exercício	**29.296**	**17.934**
Cotas emitidas	**73.148**	**57.736**
996,367117 cotas Subordinada	2.480	-
14.310,238158 cotas Mezanino	25.653	-
25.889,811205 cotas Sênior	45.015	-
3.327,911026 cotas Mezanino	-	5.400
34.110,534412 cotas Sênior	-	52.336
Cotas resgatadas	**(38.361)**	**(32.245)**
2,669039 cotas Subordinada	(7)	-
8.005,474165 cotas Mezanino	(14.278)	-
13.747,511254 cotas Sênior	(24.076)	-
1.682,550293 cotas Subordinada	-	(3.000)
1.789,541602 cotas Mezanino	-	(2.871)
16.712,581984 cotas Sênior	-	(26.374)
Acréscimo decorrente da movimentação de cotas	**34.787**	**25.491**
Patrimônio líquido no final do exercício	**202.294**	**138.211**
Total de 15.962,089643 cotas Subordinada a R$ 2.555,641717	40.793	-
Total de 21.050,643136 cotas Mezanino a R$ 1.985,479340	41.796	-
Total de 62.835,307483 cotas Sênior a R$ 1.905,058672	119.705	-
Total de 14.968,391565 cotas Subordinada a R$ 2.078,422711	-	31.111
Total de 14.745,879143 cotas Mezanino a R$ 1.677,268575	-	24.733
Total de 50.693,007532 cotas Sênior a R$ 1.624,818902	-	82.367

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PHD Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
CNPJ: 39.769.038/0001-69

(Administrado pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CNPJ: 62.285.390/0001-40)

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto dos Exercícios Findos em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	30/09/2025	30/09/2024
Resultado Líquido do exercício	**29.296**	**17.934**
Ajustes para reconciliar o resultado líquido com o fluxo de caixa		
(-) Resultado dos Direitos Creditórios	(7.725)	(3.607)
(-) Resultado dos Direitos Creditórios - outros títulos	(50)	-
(-) Ajuste a valor justo de títulos públicos/privados federais	-	(3)
(-) Resultado de títulos públicos/privados federais	-	(6)
(-) Resultado com cotas de fundos de investimentos	(1.076)	(919)
(+/-) Complemento de provisão para redução no valor de recuperação	1.619	(2.083)
(+) Taxa de administração e gestão não liquidada	68	83
(+) Taxa de custódia e auditoria não liquidada	41	39
(+) Despesas de Consultoria e cobrança não liquidada	1.100	800
(+) Outros valores a pagar não liquidados	-	1.637
Resultado Ajustado	**23.273**	**13.875**
Redução em Títulos Públicos e Privados	-	163
(Aumento) em Cotas de fundos de investimento	(3.549)	(3.490)
(Aumento) em Direitos creditórios	(58.137)	(30.535)
Redução/(aumento) em Outros valores a receber	744	(1.947)
Aumento/(redução) em Valores a pagar	560	(2.270)
Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades Operacionais	**(37.109)**	**(24.204)**
Cotas Emitidas	73.148	57.736
Cotas Resgatadas	(38.361)	(32.245)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	**34.787**	**25.491**
Variação Líquida no Caixa e Equivalentes de Caixa	**(2.322)**	**1.287**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do exercício	2.966	1.679
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do exercício	644	2.966
Variação Líquida no Caixa e Equivalentes de Caixa	**(2.322)**	**1.287**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeira.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O PHD Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("Fundo") iniciou suas atividades em 1° de junho de 2021 sob a forma de condomínio aberto, com prazo de duração indeterminado.

O Fundo destina-se a receber aplicações de investidores qualificados, sendo destinado exclusivamente aos Fundos geridos pela Gestora.

O objetivo do Fundo é a valorização de suas cotas, por meio da aquisição: (i) de direitos creditórios, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais direitos creditórios, tudo nos termos dos respectivos contratos de cessão; e (ii) de ativos financeiros, conforme a política de investimento estabelecida no regulamento do Fundo.

O Fundo estabelece um Benchmark de rentabilidade para as cotas seniores e cotas subordinadas mezanino que forem emitidas sem que isto represente uma garantia ou promessa de rentabilidade das aplicações. As cotas subordinadas júnior não possuem meta de rentabilidade.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Administradora, da Gestora ou do Custodiante, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Crédito FGC.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios, as quais são definidas pela Instrução Normativa nº 489/11, pela Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 175/22 e demais orientações emanadas pela CVM.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração do Fundo em 15 de dezembro de 2025 que autorizou sua divulgação.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional

A moeda funcional do Fundo é o Real, a mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais.

b) Apuração dos resultados

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência.

c) Fluxo de caixa

Para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, o Fundo utiliza o método indireto. Os valores considerados como caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e as aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata.

d) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalente de caixa abrangem o saldo de caixa e instrumentos financeiros com vencimento original três meses ou menos, a partir da data da contratação e que estão sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor, e são geralmente utilizados na gestão de direitos e obrigações de curto prazo.

e) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São operações com compromisso de recompra com vencimento em data futura, anterior ou igual à do vencimento dos títulos objeto da operação, valorizadas diariamente conforme a taxa de mercado da negociação da operação.

f) Cotas de fundos de investimento

Os investimentos em cotas de Fundos de investimento são registrados pelo valor da aquisição e atualizados, diariamente, pelos respectivos valores das cotas, divulgados pelos respectivos administradores.

As valorizações e as desvalorizações dos investimentos em cotas de fundo de investimento foram registradas em “Resultado de aplicações em cotas de fundos de investimento”.

g) Instrumentos financeiros

i. Classificação dos instrumentos financeiros

Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação.

Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pelo fundo. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos do custo de transação, exceto nos casos em que os ativos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- **Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio de resultado):** essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação;

- **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** essa categoria inclui ativos financeiros adquiridos com o propósito de serem mantidos até o vencimento, para os quais o fundo tem a intenção e capacidade comprovada de mantê-los até o vencimento. Estes ativos são mensurados ao custo amortizado menos perda por não recuperação, com receita reconhecida em base de rendimento efetivo.

Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas da posição financeira:

- **Disponibilidades:** saldos de caixa e depósitos à vista.
- **Aplicações financeiras representadas por títulos e valores mobiliários:** títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.

- **Aplicações financeiras representadas por instrumentos de patrimônio:** instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como cotas de fundos de investimento, com natureza de instrumento de patrimônio para o emissor.

Os investimentos em cotas de fundos de investimento são registrados pelo valor de aquisição e atualizados, pelos respectivos valores de cotas, divulgados pelo respectivo Administrador.

As valorizações e as desvalorizações dos investimentos em cotas de fundo de investimento foram registradas em “Resultado de aplicações em cotas de fundos de investimento”.

Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

- **Passivos financeiros ao custo amortizado:** passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, resultantes de atividades de captação de recursos realizados pelo fundo.

i. Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação.

O valor justo de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado e vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência em condições regulares de mercado.

Caso não exista valor de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base em técnicas de avaliação normalmente adotadas pelo mercado financeiro, levando-se em conta as características especificas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de risco associados a ele.

Os recebíveis são mensurados pelo custo amortizado, reduzidos por eventual redução do valor recuperável, onde as receitas deste grupo são reconhecidas em base de rendimento efetivo por meio de utilização de taxa efetiva de juros.

Mensuração dos passivos financeiros

Em geral os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método de taxa efetiva de juros.

A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação a totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente.

h) Direitos creditórios

Direitos Creditórios – a vencer são avaliados pelo seu valor de aquisição, e acrescidos de juros calculados com base na taxa interna de retorno dos contratos, pelo critério pro rata temporis. A taxa interna de retorno foi calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimento dos direitos creditórios.

Direitos Creditórios – vencidos estão integralmente registrados pelo valor contratado, acrescido dos rendimentos até a data do seu vencimento. Rendimentos adicionais relativos aos direitos creditórios vencidos, que venham a ser auferidos pelo Fundo após a data de vencimento, somente são reconhecidos por ocasião da efetiva realização (recebimento).

Os direitos creditórios são classificados nos seguintes grupos:

i. **Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios:** quando o Fundo adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente;

ii. **Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios:** quando o Fundo não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A metodologia utilizada para classificação dos direitos creditórios leva em consideração o nível de exposição do Fundo à variação no fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório objeto da operação. Quando a exposição à variação no fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório objeto da operação for relevante, presume-se que o Fundo adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório.

O Fundo não está substancialmente exposto à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação, inclusive com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo em montante igual ou superior às perdas esperadas associadas ao direito creditório.

i) Provisão para perdas por redução no valor de recuperação

A administradora do Fundo utiliza uma metodologia estatística, a fim de atender à Instrução vigente. Os critérios adotados na constituição de provisões para perdas se aplicam de forma distinta para cada modalidade de FIDC. Dessa forma, cada FIDC será classificado em uma modalidade e depois sua carteira será avaliada com relação ao tratamento a ser dado aos direitos creditórios, se com base individual ou coletiva.

A Administração realiza o provisionamento de acordo com a faixa de atraso dos direitos creditórios e percentual definido pelo histórico de inadimplência dos FIDC'S.

Em 30 de Setembro de 2025

Provisionamento	Faixa A	Faixa B	Faixa C	Faixa D	Faixa E	Faixa F	Write-Off (WOP)
Dias em atraso	Até 5	6 a 30	31 a 60	61 a 90	91 a 120	121 A 365	**>365**
% PDD	0,00%	1,09%	13,52%	32,28%	65,55%	100,00%	Prejuízo

Em 30 de Setembro de 2024

Provisionamento	Faixa A	Faixa B	Faixa C	Faixa D	Faixa E	Faixa F	Write-Off (WOP)
Dias em atraso	Até 5	6 a 30	31 a 60	61 a 90	91 a 120	> 120	**>365**
% PDD	0,00%	1,20%	14,75%	33,87%	73,52%	100,00%	Prejuízo

A revisão no apreçamento dos direitos creditórios será feita pelo administrador, mediante fatos apresentados pelo gestor do fundo em questão ou diante de informações relevantes que alterem de forma concreta a expectativa de recebimento do direito creditório.

Cabe destacar que a precificação e o provisionamento de operações de crédito estão sujeitas a desvios e eventos atípicos que fogem do padrão de previsibilidade dos modelos estatísticos. Nesse contexto, para mitigar os riscos de perdas significativamente acima dos percentuais provisionados, a administradora mantém um controle contínuo da efetividade de seus modelos de provisionamento.

A provisão para perdas por redução no valor de recuperação atinge os demais direitos de crédito do mesmo devedor inadimplente, ou seja, é estabelecido um valor adicional de provisão, mesmo que ainda não conhecidas por se referirem a direitos de crédito a vencer, mas comuns ao mesmo devedor, ocorrendo, assim, o chamado “efeito vagão”.

j) Passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos passivos contingentes eram efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

1. O passivo contingente será reconhecido quando houver uma obrigação presente decorrente de eventos passados, seja provável a sua saída de recursos ou, no mínimo, uma estimativa confiável para sua mensuração.
2. O passivo contingente será mensurado pelo valor presente da melhor estimativa do montante necessário para liquidar a obrigação na data do balanço, considerando os riscos e incertezas relevantes.
3. Caso a saída de recursos for remota, ou não for possível uma estimativa confiável, o passivo contingente não será reconhecido, mas será divulgada a natureza da contingência, juntamente com uma descrição de sua incerteza e possíveis impactos financeiros..

k) WRITE OFF

A Fundo classifica como perda e adota a baixa para prejuízo (write off) dos direitos creditórios, caso:

a) Seja constatada falha na originação, de qualquer natureza, inclusive fraude, que impeça o recebimento;
b) Haja evidência de impossibilidade ou perspectiva remota de recebimento;
c) Haja evidência do esgotamento nas possibilidades de recuperação de forma satisfatória e estejam integralmente provisionados; ou
d) Estejam vencidos e inadimplidos há mais de 365 dias.

As perdas não provisionadas sob a conta de perda estimada para crédito de liquidação duvidosa são contabilizadas no resultado líquido do fundo como contrapartida à baixa do direito creditório do ativo.

Na hipótese de haver, a qualquer tempo, êxito no recebimento nas ações de cobrança de direitos creditórios baixados para prejuízo, os valores efetivamente recebidos serão

contabilizados positivamente como recuperação de crédito em prejuízo, sensibilizando, diretamente, o patrimônio líquido do fundo.

No exercício findo em 30 de setembro de 2025 o Fundo possui o montante de R$ 9.876 (R$7.037 em 2024) baixado para prejuízo (write off).

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

O saldo das aplicações interfinanceiras de liquidez, estão assim apresentadas:

	30/09/2025		30/09/2024		
Posição de bancada	**Valor de mercado**	**Resultado**	**Valor de mercado**	**Resultado**	**Faixas de vencimento**
Letras Financeira do Tesouro - LFT	-	3	-	22	Até 30 dias
Letras do Tesouro Nacional - LTN	110	76	2.076	12	Até 30 dias
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	16	-	7	Até 30 dias
Total	**110**	**95**	**2.076**	**41**	

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Cotas de fundos de investimentos:

Os investimentos em cotas de fundos de investimento são registrados pelo valor da aquisição e atualizados, diariamente pelos respectivos valores das cotas, divulgados pelos respectivos administradores.

		30/09/2025		
Nome do Fundo	**CNPJ**	**Valor unitário (R$)**	**Quantidade de cotas**	**Valor de mercado (R$)**
M8 Liquidez FI RF REF DI	26.374.829/0001-48	1,939149	7.411.521,658669	14.372
Total				**14.372**

		30/09/2024		
Nome do Fundo	**CNPJ**	**Valor unitário (R$)**	**Quantidade de cotas**	**Valor de mercado (R$)**
M8 Liquidez FI RF REF DI	26.374.829/0001-48	1,715129	5.682.697,713658	9.747
Total				**9.747**

No exercício findo em 30 de setembro de 2025, as operações com cotas de fundos de investimento geraram um resultado positivo de R$ 1.076 (R$ 919 em 2024) e estão registradas em "Resultado de aplicações em cotas de fundos de investimento".

6. DIREITOS CREDITÓRIOS

6.1 Características dos direitos creditórios

O objetivo do Fundo é a valorização de suas cotas, preponderantemente, por meio da aquisição em direitos creditórios, de empresas sediadas no território nacional, decorrentes de operações performadas, ou seja, cuja existência, validade e exequibilidade independam da prestação futura de qualquer contrapartida, realizadas nos segmentos comercial, industrial e de prestação de serviços, e ou, à performar, ou seja, que dependam de entrega ou prestação futura, desde que baseadas em relações pré-existentes e valores predeterminados, portanto, são créditos a performar, podendo ser representados por contratos, bem como títulos ou certificados representativos desses contratos.

6.2 Operações sem aquisição substancial dos riscos e benefícios

Em 30 de setembro de 2025

	A vencer	Vencidos	Total
Período em dias	**Valor presente**	**Valor presente**	**Valor presente**
De 0 a 30 dias	68.003	4.766	72.769
De 31 a 60 dias	30.066	914	30.980
De 61 a 90 dias	14.284	1.938	16.222
De 91 a 120 dias	3.951	1.001	4.952
De 121 a 365 dias	15.834	1.231	17.065
Maior de 365 dias	3.585	-	3.585
Totais	**135.723**	**9.850**	**145.573**
(-) Provisão para perdas por redução no valor de recuperação			(3.390)
(=) Direitos creditórios líquidos da provisão			**142.183**

Em 30 de setembro de 2024

	A vencer	Vencidos	Total
Período em dias	**Valor presente**	**Valor presente**	**Valor presente**
De 0 a 30 dias	41.357	6.138	47.495
De 31 a 60 dias	23.014	53	23.067
De 61 a 90 dias	16.898	14	16.912
De 91 a 120 dias	2.247	-	2.247
De 121 a 365 dias	2.615	2.256	4.871
Maior de 365 dias	963	2	965
Totais	**87.094**	**8.463**	**95.557**
(-) Provisão para perdas por redução no valor de recuperação			(2.443)
(=) Direitos creditórios líquidos da provisão			**93.114**

6.3 Operações com aquisição substancial dos riscos e benefícios

Em 30 de setembro de 2025

	A vencer	Vencidos	Total
Período em dias	**Valor presente**	**Valor presente**	**Valor presente**
De 0 a 30 dias	18.258	1.815	20.073
De 31 a 60 dias	8.791	1.688	10.479
De 61 a 90 dias	4.538	97	4.635
De 91 a 120 dias	3.177	42	3.219
De 121 a 365 dias	6.215	668	6.883
Maior de 365 dias	2.592	-	2.592
Totais	**43.571**	**4.310**	**47.881**
(-) Provisão para perdas por redução no valor de recuperação			(1.476)
(=) Direitos creditórios líquidos da provisão			**46.405**

Direitos Creditórios Outros Títulos

Emitente	Quantidade	Vencimento	Valor mercado
Emitente 1	1	Vencido	1.181
Total			**1.181**

Em 30 de setembro de 2024

	A vencer	Vencidos	Total
Período em dias	**Valor presente**	**Valor presente**	**Valor presente**
De 0 a 30 dias	12.575	1.216	13.791
De 31 a 60 dias	6.332	66	6.398
De 61 a 90 dias	3.753	3	3.756
De 91 a 120 dias	873	448	1.321
De 121 a 365 dias	3.869	273	4.142
Maior de 365 dias	1.600	-	1.600
Totais	**29.002**	**2.006**	**31.008**
(-) Provisão para perdas por redução no valor de recuperação			(804)
(=) Direitos creditórios líquidos da provisão			**30.204**

Emitente	Quantidade	Vencimento	Valor mercado
Emitente 1	1	Vencido	1.781
Total			**1.781**

Emitente	Quantidade	Data Emissão	Vencimento	Valor mercado
Emitente 1	1	08/08/2024	09/08/2025	377
Total				**377**

6.4 Movimentação dos direitos creditórios

Direitos Creditórios

Descrição	30/09/2025	30/09/2024
(=) Saldo Inicial	**126.565**	**94.495**
(+) Aquisições	1.020.772	709.690
(-) Liquidações	(995.697)	(701.590)
(+) Rendimentos	41.814	23.970
(=) Saldo final	**193.454**	**126.565**

Nota Comercial - NC

Descrição	30/09/2025	30/09/2024
(=) Saldo Inicial	**377**	**86**
(+) Aquisições	-	492
(-) Liquidações	(410)	(242)
(+) Rendimentos	33	41
(=) Saldo final	**-**	**377**

Direitos Creditórios Outros Títulos

Descrição	30/09/2025	30/09/2024
(=) Saldo Inicial	**1.781**	**-**
(-) Liquidações	(600)	(240)
(+) Rendimentos	-	2.021
(=) Saldo final	**1.181**	**1.781**

Cessão de Crédito

Descrição	30/09/2025
(=) Saldo Inicial	**-**
(+) Aquisições	2
(-) Liquidações	(19)
(+) Rendimentos	17
(=) Saldo final	**-**

O saldo existente em 30 de Setembro de 2025 classificado no resultado como "Resultado de Direitos Creditórios - juros e reembolsos", cujo montante é de R$ 1.331 (R$ 1.656 negativo em 2024) refere-se basicamente a receita de juros e reembolso que não pertencem ao acruall dos títulos, os quais são conciliados diariamente e alocados na rubrica contábil apropriada à medida que são identificados.

6.5 Composição da perda estimada por redução no valor de recuperação

A provisão para perdas por redução no valor de recuperação foi calculada de acordo com a instrução vigente, sendo mensurada e registrada pela diferença entre o valor contábil do ativo antes da mudança de estimativa e o valor presente do novo fluxo de caixa esperado calculado, conforme demonstrado a seguir:

Em 30 de setembro de 2025

Nível de risco	A vencer	Vencidos	Total	% Provisão	Valor Provisão
A	171.376	3.745	175.121	0,00%	-
B	6.316	2.716	9.032	1,09%	(98)
C	264	2.486	2.750	13,52%	(372)
D	1.238	684	1.922	32,28%	(621)
E	-	2.477	2.477	65,55%	(1.624)
F	100	2.052	2.152	100,00%	(2.151)
Saldo em 30/09/2025	**179.294**	**14.160**	**193.454**		**(4.866)**
Provisão/Reversão por redução no valor de recuperação					1.619
Saldo no exercício anterior					**(3.247)**

Em 30 de setembro de 2024

Nível de risco	A vencer	Vencidos	Total	% Provisão	Valor Provisão
A (especial)	-	360	360	100,00%	(360)
A	110.520	4.775	115.295	0,00%	-
B	4.704	2.526	7.230	1,20%	(87)
C	808	126	934	14,75%	(138)
D	64	63	127	33,87%	(43)
F	-	2.619	2.619	100,00%	(2.619)
Saldo em 30/09/2024	**116.096**	**10.469**	**126.565**		**(3.247)**
Provisão/Reversão por redução no valor de recuperação					(2.083)
Saldo no exercício anterior					**(5.330)**

6.6 Concentração dos maiores devedores dos direitos creditórios

Devedor	Valor Presente	(-) Provisão para perdas por redução	Saldo líquido da provisão	% s/ PL
Devedor 1	5.145	-	5.145	2,54%
Devedor 2	4.261	-	4.261	2,11%
Devedor 3	4.239	-	4.239	2,10%
Devedor 4	3.930	-	3.930	1,94%
Devedor 5	3.575	-	3.575	1,77%
Devedor 6	3.340	-	3.340	1,65%
Devedor 7	2.996	-	2.996	1,48%
Devedor 8	2.894	(32)	2.862	1,42%
Devedor 9	2.664	-	2.664	1,32%
Devedor 10	2.561	-	2.561	1,27%
Demais devedores	159.030	(4.834)	154.196	76,22%
Total	**194.635**	**(4.866)**	**189.769**	**93,82%**

6.7 Recompra de direitos creditórios

No exercício findo em 30 de setembro de 2025, houve recompra de direitos creditórios pelo Cedente no valor de R$ 40.470 (R$ 36.726 em 2024).

6.8 Taxas praticadas nas operações

As taxas praticadas nas operações variam de acordo com o prazo de vencimento dos direitos creditórios, podendo variar indeterminadamente.

2025	Taxa mínima a.a.	Taxa média a.a. (ponderada)	Taxa máxima a.a.
Títulos Descontados	26,89%	30,17%	31,40%

2024	Taxa mínima a.a.	Taxa média a.a. (ponderada)	Taxa máxima a.a.
Títulos Descontados	24,94%	27,69%	31,47%

6.9 Coobrigação

O total de direitos creditórios e ativos financeiros com coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade pode representar até 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido.

6.10 Critérios de elegibilidade e condições de cessão

Na Data de Aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo caberá a Gestora a verificação do atendimento pelos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade.

Serão considerados elegíveis ao Fundo os Direitos Creditórios cujas informações foram transmitidas à Gestora, por meio eletrônico, de acordo com os procedimentos definidos no Regulamento, e que atendam, cumulativamente, na Data de Aquisição e pagamento, aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

a) tenham a taxa mínima de cessão correspondente a 200% da taxa CDI OVER, exceto no caso de renegociação de dívida;
b) somente Direitos Creditórios que não estejam vencidos e pendentes de pagamento na data da cessão;
c) até 50% (cinquenta por cento) do PL poderão ser representados por cheques;
d) até 100% (cem por cento) do PL poderão ser representados por duplicatas;
e) até 5% (cinco por cento) do PL poderão ser representados por Direitos Creditórios de um mesmo Devedor/Sacado.

Todo e qualquer Direito de Crédito a ser adquirido pelo Fundo deverá atender, na data da respectiva cessão, às Condições de Cessão estabelecidas abaixo, cuja responsabilidade pela verificação é da Consultora Especializada (as “Condições de Cessão”):

a) até 7% (sete por cento) do PL poderão ser representados por Direitos Creditórios de Cedentes pertencentes ao mesmo Grupo Econômico;
b) a soma dos 10 (dez) maiores Cedentes e Grupos Econômicos de Cedentes poderá atingir o percentual máximo de 42% (quarenta e dois por cento) do PL, exceto operações de CCB;

c) até 7% (sete por cento) do PL poderão ser representados por Direitos Creditórios de Devedores/Sacados pertencentes ao mesmo Grupo Econômico;
d) a soma dos 10 (dez) maiores Devedores/Sacados e Grupos Econômicos de Devedores/Sacados poderá atingir o percentual máximo de 40% (quarenta por cento) do PL;
e) até 2% (dois por cento) do PL poderão ser representados por Direitos Creditórios a performar de um mesmo originador, quando não contarem com garantia de instituição financeira ou de sociedade seguradora;
f) até 40% (quarenta por cento) do PL poderão estar representados por direitos creditórios originados de empresas em recuperação judicial;
g) o prazo médio da carteira de direitos creditórios cedidos não será superior a 120 (cento e vinte) dias;
h) até 10% (dez por cento) do PL poderão estar representados por créditos a performar;
i) até 12% (doze por cento) do PL poderão ser representados, em conjunto, por "CCBs", "NCs", Direitos Creditórios do setor imobiliário (contratos ou CCIs) ou outros tipos de contratos ou títulos de crédito;
j) o prazo médio da carteira de Direitos Creditórios cedidos não será superior a 120 (cento e vinte) dias;
k) a Classe poderá alocar até 100% (cem por cento) de seu patrimônio líquido em um único Cedente nas operações de "CCBs", caso seja instituição financeira ou equiparada; e
l) até 6% (seis por cento) do PL poderão ser representados por Direitos Creditórios de uma mesma Cedente, exceto operações com CCB.

As operações de aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo serão consideradas formalizadas somente após a celebração de Contrato de Cessão e recebimento do Termo de Cessão, firmados pelo Fundo com as Cedentes devidamente assinados, bem como atendidos todos e quaisquer procedimentos descritos no Regulamento. As Cedentes poderão responder solidariamente com seus devedores pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos dos respectivos Contratos de Cessão.

Na hipótese do Direito Creditório perder qualquer Critério de Elegibilidade após sua aquisição pelo Fundo, ou seja, cumpridos todos os procedimentos descritos no Regulamento e registrados no sistema da Gestora, não haverá direito de regresso contra o Custodiante, Administradora ou a Consultoria Especializada, salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo por parte destes.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Fundo não pode realizar operações no mercado de derivativos.

Nos exercícios findos em 30 de setembro de 2025 e 2024, o Fundo não realizou operações envolvendo instrumentos derivativos.

8. OUTROS CRÉDITOS

O saldo existente em 30 de setembro de 2025 classificado no ativo “Outros valores a receber”, cujo montante é de R$ 1.781 (R$ 2.544 em 2024) refere-se substancialmente a direitos creditórios não liquidados conforme fluxo esperado e reclassificados do grupo de recebíveis para outros créditos, os quais são conciliados diariamente e alocados na rubrica contábil apropriada à medida que são identificados.

9. OUTROS VALORES A PAGAR

O saldo existente em 30 de setembro de 2025 classificado no passivo “Outros valores a pagar”, cujo montante é de R$ 619 (R$ 1.637 em 2024) refere-se basicamente a direitos creditórios liquidados e identificados em eventos subsequentes, os quais são conciliados diariamente e alocados na rubrica contábil apropriada à medida que são identificados.

10. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Risco de mercado

Os ativos componentes da carteira do Fundo estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no brasil como no exterior, podendo, ainda, responder a notícias específicas a respeito dos emissores dos títulos representativos dos ativos do Fundo. As variações de preços dos ativos podem ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo, inclusive, ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos sem que haja mudanças significativas no contexto econômico ou político nacional e internacional. Logo, não há garantia de que as taxas de juros vigentes no mercado se mantenham estáveis. Além disso, dependendo do comportamento que as taxas de juros venham a ter, os ativos integrantes da carteira do Fundo podem sofrer oscilações significativas de preços, com reflexos na rentabilidade do Fundo.

Risco de crédito

Consiste no risco da contraparte, em algum instrumento financeiro, não honrar os pagamentos devidos ao Fundo. Os Fundos que investem em direitos creditórios estão sujeitos a risco de perda em caso de eventos que acarretem a não realização dos ativos integrantes de sua carteira, inclusive por força de intervenção, liquidação, regime de

administração temporária, falência, recuperação judicial ou extrajudicial dos emissores responsáveis pelos ativos do Fundo.

Risco de liquidez

Consiste no risco de o Fundo não honrar suas obrigações ou os pagamentos de resgates nos prazos previstos no seu regulamento. Esse risco é associado ao grau de liquidez dos ativos componentes da carteira do Fundo e aos prazos previstos para conversão em quantidade de cotas, amortizações e pagamento dos resgates solicitados.

Os Fundos de investimento em direitos creditórios apresentam peculiaridades com relação aos investimentos realizados pela maioria dos Fundos de investimento brasileiros, não existindo mercado secundário líquido para negociação destes direitos creditórios. Caso o Fundo precise vender seus direitos creditórios a terceiros, ou caso os cotistas recebam estes direitos creditórios como pagamento de resgate ou amortização de suas cotas, (i) pode não haver mercado comprador para os mesmos, ou preço de alienação pode causar perda de patrimônio para o Fundo, ou (ii) os cotistas podem ter dificuldade para cobrar os valores devidos pelos devedores dos direitos creditórios em caso de inadimplemento, isto é, não há qualquer garantia ou certeza de que é possível ao Fundo liquidar posições ou negociar os direitos creditórios de sua carteira pelo preço e nos momentos desejados.

Patrimônio líquido negativo

As aplicações decorrentes da classe estão, por sua natureza, sujeitas a flutuações típicas de mercado, risco sistêmico, risco de crédito, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação, não havendo garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para a classe e os cotistas. As estratégias de investimento da classe podem fazer com que o patrimônio líquido seja negativo, hipótese em que, sendo a responsabilidade dos cotistas ilimitada, os cotistas são obrigados a realizar aportes adicionais de recursos.

Possíveis falhas na originação e formalização de direitos creditórios adquiridos

As operações que originam os direitos creditórios adquiridos, bem como os respectivos documentos comprobatórios, podem apresentar vícios questionáveis juridicamente ou, ainda, irregularidades de forma ou conteúdo. Desse modo, os documentos comprobatórios podem não ser suficientes ou não serem aceitos pelo poder judiciário como títulos executivos extrajudiciais e assim, pode ser necessária uma decisão judicial para efetivação do pagamento relativo aos direitos creditórios adquiridos pelos devedores, havendo a possibilidade de ser proferida uma decisão judicial desfavorável.

Em qualquer caso, a classe pode sofrer prejuízos, seja pela demora, seja pela ausência de recebimento dos recursos.

Dação em pagamento de ativos

Na ocorrência de uma das hipóteses de liquidação da classe, as cotas podem ser resgatadas por meio de dação em pagamento dos direitos creditórios adquiridos e dos ativos financeiros integrantes da carteira da classe, nos termos autorizados pelo regulamento. Os cotistas podem enfrentar dificuldades para negociar ou vender os direitos creditórios adquiridos e os ativos financeiros da classe ou para cobrar os valores devidos pelos respectivos devedores.

Operações com derivativos

A classe pode realizar operações com derivativos desde que visando proteção patrimonial. As operações com derivativos, normalmente, acrescentam riscos à carteira da classe e podem afetar a sua rentabilidade de forma negativa.

Outros riscos

Apesar da carteira do Fundo ser constituída, preponderantemente, pelos direitos creditórios elegíveis, a propriedade das cotas não confere aos cotistas a propriedade direta sobre os direitos creditórios. Os direitos dos cotistas são exercidos sobre todos os ativos da carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de cotas detidas.

O Fundo está sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos, tais como moratória, guerras, revoluções, mudanças nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política econômica, decisões judiciais etc.

Excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé, em nenhuma outra hipótese a Administradora, a Gestora ou o Custodiante são responsabilizados por qualquer depreciação dos bens da carteira do Fundo, ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de cotas.

Controles relacionados aos riscos

Não obstante a diligência da Administradora, da Gestora e da consultora em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a diversos tipos de riscos e, mesmo que a Administradora mantenha

sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e seus cotistas.

O controle do risco de mercado é baseado em cenários na perda máxima aceitável, de modo a evitar que se incorra em risco excessivo, mediante a análises qualitativas e quantitativas, que consideram fatores como cenários de estresse, avaliação da equipe de gestão, processo de investimento, consistência na performance e gerenciamento de risco, bem como por meio de constante monitoramento. Esses parâmetros podem ser alterados de acordo com mudanças estruturais no mercado ou a qualquer momento.

A avaliação do risco de crédito é efetuada pela Administradora através o monitoramento prospectivo e retrospectivo dos eventos de pagamento de juros, amortização e vencimento das operações, quando aplicável. Em caso de ocorrência de algum default no pagamento desses eventos, a capacidade financeira do emissor ou da contraparte é avaliada pelo comitê de crédito da Administradora, onde são tomadas decisões para a constituição de provisão para perdas.

O controle do risco de liquidez é baseado no monitoramento do nível de solvência, verificando um percentual mínimo de ativos, em relação ao patrimônio líquido do Fundo, com liquidez compatível com o prazo previsto para conversão em quantidade de cotas e pagamento dos resgates solicitados.

A descrição detalhada dos riscos encontra-se no regulamento do Fundo.

11. EVOLUÇÃO DO VALOR DA COTA E RENTABILIDADE

Data	PL Médio	Valor da cota Subordinada	Rentabilidade %
30/09/2025	35.812	2.555,641717	22,97
30/09/2024	28.872	2.078,422711	20,91

Data	PL Médio	Valor da cota Mezanino	Rentabilidade %
30/09/2025	33.319	1.985,479340	18,38
30/09/2024	21.003	1.677,268575	16,03

Data	PL Médio	Valor da cota Sênior	Rentabilidade %
30/09/2025	102.028	1.905,058672	17,25
30/09/2024	67.681	1.624,818902	14,93

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

12. NEGOCIAÇÃO DE COTAS

As cotas não podem ser objeto de cessão ou de transferência, exceto nos casos de:

a) decisão judicial ou arbitral;
b) operação de cessão fiduciária;
c) execução de garantia;
d) sucessão universal; ou
e) dissolução de sociedade conjugal ou união estável, por via judicial ou por escritura pública que disponha sobre a partilha de bens.

13. CARACTERÍSTICA E VALORIZAÇÃO DAS COTAS

As cotas do Fundo são escriturais, sendo mantidas em contas de depósito em nome de seus respectivos titulares, sendo resgatadas a qualquer tempo observado o disposto no Capítulo XVIII do regulamento do Fundo.

O valor mínimo de aplicação em cotas independentemente da subclasse é de R$ 1.000,00 (um mil reais).

A qualidade de cotista caracteriza-se pela abertura de conta de depósito em seu nome. As cotas são divididas em Subclasses de cotas Seniores e em cotas subordinadas.

As cotas subordinadas são de subclasse mezanino e subordinada júnior (“Cotas subordinadas mezanino e cotas subordinadas júnior”). Todas as cotas de uma mesma subclasse têm iguais taxas, despesas e prazos, bem como direitos de voto.

As cotas Seniores não se subordinam às cotas subordinadas para efeito de resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do regulamento do Fundo.

A meta de remuneração das cotas Seniores é taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros 3 DI de 1 (um) dia, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela B3 S.A. 3 Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), acrescida de 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, (“Benchmark das cotas Sênior”).

A Administradora pode, a qualquer tempo, mediante solicitação prévia dos titulares das cotas subordinadas, realizar a distribuição de novas cotas Seniores. As cotas subordinadas mezanino se subordinam às cotas Seniores para efeito de resgate possuem prioridade em relação as cotas subordinadas júnior para efeito de resgate, nos termos do regulamento do Fundo.

A meta de remuneração das cotas subordinadas mezanino I é taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros 3 DI de 1 (um) dia, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela B3 S.A. 3 Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), acrescida de 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, ("Benchmark das cotas subordinadas mezanino"). A Administradora pode, a qualquer tempo, mediante solicitação prévia dos titulares das cotas subordinadas, realizar a distribuição de novas cotas subordinadas mezanino.

Sem prejuízo da observância da legislação e da regulamentação aplicáveis, é facultado à Administradora, a partir de orientação prévia dos titulares das cotas subordinadas, suspender, a qualquer momento, novas aplicações no Fundo, desde que tal suspensão se aplique indistintamente a novos investidores e cotistas atuais. A suspensão do recebimento de novas aplicações, em um dia, não impede a reabertura posterior do Fundo para aplicações.

A Administradora deve comunicar imediatamente às instituições contratadas para realizar a distribuição das cotas sobre a eventual suspensão do recebimento de novas aplicações pelo Fundo.

As cotas subordinadas júnior são aquelas que se subordinam às cotas Seniores e às cotas Subordinada mezanino para efeito de resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo. Todas as cotas subordinadas júniores têm iguais taxas, despesas e prazos, bem como direitos de voto. Não há qualquer preferência entre os titulares de cotas subordinadas júniores para efeitos de resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo. A Administradora pode, a qualquer tempo, mediante solicitação prévia dos titulares das cotas subordinadas júniores, realizar a distribuição de novas cotas subordinadas júniores.

14. EMISSÕES, AMORTIZAÇÕES E RESGATE DE COTAS

a) Emissão

Na emissão de cotas do Fundo, deve ser utilizado o valor da Cota em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

O valor nominal unitário das cotas independente da subclasse é de R$ 1.000,00 (mil reais), na data da primeira integralização.

As cotas são colocadas pela Administradora, que pode contratar instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários.

O funcionamento do Fundo não está condicionado à distribuição de quantidade mínima de cotas.

O Fundo pode realizar distribuição concomitante de subclasses distintas de cotas, em quantidades e condições previamente estabelecidas no respectivo Suplemento, anúncio de início de distribuição de cotas e no prospecto do Fundo, se houver observado o disposto no regulamento do Fundo e na regulamentação aplicável.

Para o cálculo do número de cotas a que tem direito o investidor, não são deduzidas do valor entregue à Administradora quaisquer taxas ou despesas.

No exercício findo em 30 de setembro de 2025, houve emissão de 996,367117 cotas subordinadas no montante de R$ 2.480, 14.310,238158 cotas mezanino no montante de R$ 25.653 e 25.889,811205 cotas sênior no montante de R$ 45.015.

No exercício findo em 30 de setembro de 2024, houve a emissão de 3.327,911026 cotas mezanino no montante de R$ 5.400 e 34.110,534412 cotas sênior no montante de R$ 52.336.

b) Resgate e Amortização de cotas

As cotas Seniores e as cotas subordinadas mezanino podem ser resgatadas pelo Fundo a qualquer tempo, mediante solicitação de seus titulares escrita à Administradora, observados os termos e condições estabelecidos no regulamento do Fundo e na RCVM 175.

A solicitação de resgate das cotas é irrevogável e irretratável. Uma vez solicitado, o Cotista não pode cancelar ou adiar o resgate de suas cotas. Na hipótese de a data prevista para pagamento de qualquer resgate, nos termos estabelecidos neste capítulo, não ser dia útil, tal resgate é realizado no primeiro dia útil imediatamente subsequente.

Em se tratando de resgate de cotas Seniores por solicitação de titular de cotas Seniores, o pagamento das cotas Seniores objeto da solicitação de resgate é realizado em até no máximo 30 (trinta) dias, contados da data da solicitação do referido resgate pelo Cotista à Administradora, observado o estabelecido nos itens acima. Caso o Fundo não tenha recursos disponíveis para pagar o resgate solicitado no prazo acima estabelecido, a Administradora deve providenciar o pagamento do referido resgate de forma gradual ou integral, na medida em que ocorrer a liquidação dos ativos do Fundo, havendo recursos disponíveis ao Fundo para o pagamento do referido resgate. Caso, após 180 (cento e oitenta) dias da data da solicitação do resgate ainda não haja recursos disponíveis para pagamento ao referido Cotista Sênior, a Administradora deve convocar uma Assembleia Geral, para deliberar se tal fato deve configurar ou não um evento de Liquidação,

hipótese em que a Administradora tomará as providências previstas no Capítulo XXIII do regulamento do Fundo.

As cotas subordinadas podem ser resgatadas em direitos creditórios.

As cotas sêniores podem ser resgatadas em direitos creditórios exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.

Em se tratando de resgate de cotas subordinadas mezanino por solicitação de titular de cotas subordinadas mezanino, o pagamento das cotas subordinadas mezanino objeto da solicitação de resgate é realizado em até no máximo 30 (trinta) dias, contados da data da solicitação do referido resgate pelo Cotista à Administradora, observado o estabelecido nos itens acima. Caso o Fundo não tenha recursos disponíveis para pagar o resgate solicitado no prazo acima estabelecido, a Administradora deve providenciar o pagamento do referido resgate de forma gradual ou integral, na medida em que ocorrer a liquidação dos ativos do Fundo, havendo recursos disponíveis ao Fundo para o pagamento do referido resgate. Caso, após 180 (cento e oitenta) dias da data da solicitação do resgate ainda não haja recursos disponíveis para pagamento ao referido Cotista Sênior, a Administradora deve convocar uma Assembleia Geral, para deliberar se tal fato deve configurar ou não um evento de Liquidação, hipótese em que a Administradora tomará as providências previstas no Capítulo XXIII do regulamento do Fundo.

Os cotistas subordinados mezanino e os cotistas Seniores, antes de adquirir cotas do Fundo, devem ler cuidadosamente o Artigo 4.7 que dispõe sobre o pagamento de Taxa de Saída.

As cotas subordinadas Junior somente podem ser resgatadas após o resgate de todas as cotas Seniores.

Excetua-se do disposto no item anterior a hipótese de resgate de cotas subordinadas prevista no item 18.9 do regulamento do Fundo.

O resgate das cotas subordinadas Junior deve respeitar a relação entre cotas Seniores e Costas subordinadas mezanino e patrimônio líquido do Fundo, definidas no item 20.3 do regulamento do Fundo, enquanto houver cotas Seniores e cotas subordinadas mezanino em circulação.

O pagamento dos resgates de cotas Seniores obedecerá ao estabelecido no regulamento do Fundo.

As cotas subordinadas júnior podem ser resgatadas antes do resgate das cotas Seniores, depois de transcorrido um prazo mínimo de 60 (sessenta) dias contado do pedido de resgate, observado o disposto no regulamento do Fundo.

Nesta hipótese, Administradora deverá, no máximo, no terceiro dia útil após o recebimento do pedido de resgate, comunicar aos titulares das cotas Seniores em circulação a solicitação do resgate, o valor e a data de sua realização, nos termos do regulamento do Fundo.

Os titulares das cotas Seniores em circulação, a partir da comunicação referida no item anterior, podem requerer o resgate de suas cotas, o qual deve ser integralmente concluído antes do respectivo resgate das cotas subordinadas, sempre observados os termos, as condições e os procedimentos definidos no Regulamento.

Por outro lado, caso, considerado o resgate em questão, o Fundo deixe de atender ao índice de Subordinação das cotas Seniores estabelecidas no Item 20.3 do regulamento do Fundo, a Administradora deverá, até o terceiro dia útil após o recebimento do pedido de resgate, convocar uma Assembleia geral, na forma e para os fins do Item 20.3.1. do regulamento do Fundo.

Somente após realizados os procedimentos estabelecidos nos referidos Artigos e assegurado o atendimento ao índice de Subordinação pode a Administradora realizar o resgate das cotas subordinadas júnior objeto das solicitações de resgate.

No resgate de cotas é utilizado o valor da cota em vigor no dia útil imediatamente anterior ao do respectivo pagamento.

No exercício findo em 30 de setembro de 2025, houve resgate de 2,669039 cotas subordinadas no montante de R$ 7, 8.005,474165 cotas mezanino no montante de R$ 14.278 e, 13.747,511254 cotas sênior no montante de R$ 24.076.

No exercício findo em 30 de setembro de 2024, houve resgate de 1.682,550293 cotas subordinadas no montante de R$ 3.000, 1.789,541602 cotas mezanino no montante de R$ 2.871 e 16.712,581984 cotas sênior no montante de R$ 26.374.

Nos exercícios findos em 30 de setembro de 2025 e 2024, não houve amortização de cotas.

15. PRESTADORES DE SERVIÇOS

Custódia:	Singulare Corretora De Títulos E Valores Mobiliários S.A.;
Controladoria:	Singulare Corretora De Títulos E Valores Mobiliários S.A.;
Escrituração:	Singulare Corretora De Títulos E Valores Mobiliários S.A.;
Gestão:	M8 Partners Gestora de Recursos Ltda.;
Tesouraria:	Singulare Corretora De Títulos E Valores Mobiliários S.A.;
Distribuição de cotas:	Singulare Corretora De Títulos E Valores Mobiliários S.A.;
Agente de cobrança:	PHD Serviços de Cobrança LTDA.; e
Consultoria especializada:	PHD Serviços de Cobrança LTDA.

16. CUSTÓDIA DOS TÍTULOS EM CARTEIRA

Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil, os Títulos Privados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e a guarda da documentação dos títulos dos direitos creditórios, em conformidade com a legislação em vigor, está sob a responsabilidade do Custodiante.

As cotas dos fundos de investimento que compõem a carteira do Fundo estão sob a responsabilidade do Administrador dos fundos investidos, ou de terceiros por ele contratados.

17. PARTES RELACIONADAS

O Fundo não poderá realizar aplicações em Direitos de Crédito e Ativos Financeiros de titularidade da administradora, do custodiante e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, das sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Saldos das transações com o Custodiante:

		30/09/2025		30/09/2024	
Descrição	**Parte Relacionada**	**Ativo**	**Resultado**	**Ativo**	**Resultado**
Disponibilidades	Singulare CTVM	1	-	1	-
Aplicações interfinanceira de liquidez	Singulare CTVM	110	95	2.076	41

		30/09/2025		30/09/2024	
Descrição	**Parte Relacionada**	**Passivo**	**Resultado**	**Passivo**	**Resultado**
Taxa de Administração	Singulare CTVM	(28)	(270)	(20)	(230)
Taxa de Custódia	Singulare CTVM	(27)	(288)	(26)	(277)
Taxa de Gestão	M8 Partners Gestora de Recursos Ltda.	(40)	(903)	(63)	(643)

18. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO E CUSTÓDIA

Nada obstante demais contratações previstas no Regulamento, será devido pelo Fundo, a título de honorários ,a remuneração equivalente à somatória dos seguintes montantes, calculados individualmente ("Taxas de Remuneração"):

(i) a Administradora receberá a maior valor entre o percentual de 0,16% (dezesseis centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o valor diário do Patrimônio Líquido ou o valor fixo de R$ 5.000,00 (cinco mil reais);

(ii) a Custódia receberá a maior valor entre o percentual de 0,14% (catorze centésimos por cento) ao ano , incidente sobre o valor diário do Patrimônio Líquido ou o valor fixo de R$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais);

(iii) a Gestora receberá o maior valor entre o percentual de 0,60% (sessenta centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o valor diário do Patrimônio Líquido ou R$ 5.000,00 (cinco mil reais) para os 30 (trinta) primeiros dias do lançamento do fundo na CVM, caso o percentual aplicado acima, não atinja o valor mínimo descrito. Entre o 31º (trigésimo primeiro) dia e o 60º (sexagésimo) dia o mínimo aplicável será de R$ 10.000,00 (dez mil reais) caso o percentual aplicado acima, não atinja o valor mínimo descrito. Entre o 61º (sexagésimo primeiro) dia e o 90º (nonagésimo) dia, o mínimo aplicável será de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) caso o percentual aplicado acima, não atinja o valor mínimo descrito. A partir do quarto mês, o mínimo aplicável será de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) caso o percentual aplicado acima, não atinja o valor mínimo descrito.;

(iv) No que compete a taxa de distribuição, tendo em vista que não há distribuidores das Cotas que prestem serviços de forma contínua à Classe, o Regulamento não prevê uma taxa máxima de distribuição, nos termos do Ofício-Circular-Conjunto nº 1/2023/CVM/SIN/SSE.

(v) Consultoria Especializada receberá mensalmente o equivalente a 2,50% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) calculado sobre os Direitos Creditórios analisados e adquiridos pelo Fundo.

A Taxa de Administração e Gestão será calculada e provisionada diariamente, tendo

como base o patrimônio líquido do Fundo do primeiro Dia Útil imediatamente anterior, com a aplicação da fração de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), por Dias Úteis, excluída a remuneração da Consultoria Especializada que será calculada nos moldes do inciso "v" do Artigo acima, sendo o pagamento realizado mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido.

As parcelas da Taxa de Remuneração podem ser pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total estabelecido no item 4.1.

Os valores mínimos integrantes da Taxa de Administração serão devidamente reajustados anualmente, de acordo com a variação positiva do IGP-M.

Os investidores, antes de adquirir as Cotas do Fundo, devem ler cuidadosamente a alínea "s" do Artigo 13.2 (Capítulo de Fatores de Risco) que dispõe sobre a remuneração da Consultoria Especializada.

Será cobrada do cotista detentor de Cotas Subordinadas Mezanino e/ou Quotas Seniores uma taxa de saída que será equivalente a totalidade do valor do rendimento de suas cotas resgatadas, quando o resgate for solicitado entre o 1º (primeiro) e o 180º (centésimo octogésimo) dia.

No exercício findo em a 30 de setembro de 2025 foi debitado o montante de R$ 270 (R$ 230 em 2024) a título de taxa de administração, R$ 903 (R$ 643 em 2024) a título de taxa de gestão e R$ 288 (R$ 277 em 2024) a título de taxa de custódia.

19. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISE, SELEÇÃO E COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

O Fundo contratou a PHD Serviços de Cobrança LTDA, como empresa responsável perante o fundo para auxiliar a gestora na análise e seleção dos diretos creditórios a serem adquiridos pelo fundo e realizar a cobrança de todos os direitos creditórios integrantes da carteira do fundo que não tenham sido pagos nas respectivas datas de vencimento de acordo com a política de cobrança do fundo e as demais condições estabelecidas no contrato de consultoria.

As despesas com consultoria especializada no exercício findo em 30 de setembro de 2025 foram de R$ 11.700 (R$ 8.093 em 2024).

20. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADO

Os resultados auferidos são imediatamente reinvestidos no Fundo mediante a valorização das cotas.

21. DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

A instituição administradora deve enviar o informe mensal à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da Comissão na rede mundial de computadores, conforme modelo e conteúdo disponíveis na legislação vigente, observando o prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês.

A instituição administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao fundo, de modo a garantir a todos os condôminos acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

A instituição administradora deve, no prazo máximo de dez dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos condôminos, em sua sede e dependências, informações sobre:

I – o número de cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
II – a rentabilidade do fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês;
III – o comportamento da carteira de direitos creditórios e demais ativos do fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

A instituição administradora deve enviar à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, em até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social ao qual se refiram, as demonstrações financeiras anuais do
Fundo.

O Administrador disponibiliza aos cotistas, mensalmente, extrato de conta contendo o saldo e o valor das cotas no início e no final no período e a movimentação ocorrida ao longo do mesmo e rentabilidade do Fundo auferido entre o último dia útil do mês anterior e o último dia útil do mês de referência do extrato.

Divulgação das informações (Resolução 175/22)

A Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, nos formatos permitidos pela RCVM 175, devendo

permanecer à disposição dos cotistas para consulta, na sede e agências da administradora e nas instituições autorizadas a distribuir cotas do fundo, de modo a garantir a todos os cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre: (i) o número de cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; (iii) o comportamento da carteira de cotas de FIDCs e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado; e (iv) a proporção entre o valor do patrimônio líquido do Fundo e o valor das cotas seniores. As obrigações aqui estabelecidas não prejudicam e não se confundem com as obrigações de divulgação contidas na RCVM 175.

A Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos: (i) de 15 (quinze) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e (ii) de 90 (noventa) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

As demonstrações financeiras do Fundo estão sujeitas às normas de escrituração estabelecidas na legislação vigente e são auditadas por auditor independente registrado na CVM, nos termos estabelecidos na referida instrução.

Á Administradora cabe divulgar, em seu site ou no site da CVM, conforme o caso, no mínimo, anualmente: (i) o valor do patrimônio líquido do Fundo; (ii) o valor da cota; (iii) a relação entre o patrimônio líquido e o valor das cotas seniores; (iv) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil; e (v) as súmulas dos relatórios das agências classificadoras de risco contratadas pelo fundo, sem prejuízo das demais obrigações previstas no regulamento do Fundo e na legislação vigente.

A divulgação aos cotistas das informações previstas no regulamento do Fundo deve ser feita por meio de (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, nos periódicos utilizados para a divulgação de informações do Fundo, conforme o caso, ou por meio de (ii) correio eletrônico ou carta enviados ao cotista. qualquer mudança, com relação ao periódicos, conforme o caso, deve ser precedida de aviso aos cotistas.

22. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

IOF

Os rendimentos e ganhos auferidos com operações realizadas pela carteira do Fundo não estão sujeitos ao IOF.

Imposto de renda

De acordo com o artigo 16 da Instrução Normativa (IN) nº 1.585/15 da Secretaria da Receita Federal (SRF) alterada pela IN 1.637/16, IN 1.720/17 e IN 1.916/19, o imposto de renda incidente sobre os rendimentos dos fundos de investimento constituídos sob a forma de condomínio fechado, quando aplicável, é apurado quando da amortização ou no resgate de cotas, em decorrência do término de duração ou da liquidação do Fundo. Os rendimentos auferidos pelos cotistas são tributados pelo Imposto de Renda na Fonte com base em alíquotas decrescentes, entre 22,50% e 15%, em função: (i) do prazo de aplicação dos recursos pelos cotistas; (ii) da composição da carteira; e (iii) do prazo de vencimento dos títulos constantes na carteira do Fundo.

Na apuração do imposto de renda, as perdas apuradas no resgate de cotas de fundos de investimento poderão ser compensadas com rendimentos auferidos em resgates ou incidências posteriores, no mesmo Fundo ou em outro fundo de investimento com a mesma classificação tributária e administrado pela mesma pessoa jurídica em que o cotista possua investimentos.

Em 12 de dezembro de 2023 foi aprovado a Lei Nº 14.754/23, que dispõe sobre a tributação de aplicações em fundos de investimento no País e da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior; altera as Leis nºs 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 8.668, de 25 de junho de 1993, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); revoga dispositivos das Leis nºs 4.728, de 14 de julho de 1965, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.892, de 13 de julho de 2004, e 11.033, de 21 de dezembro de 2004, do Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, e das Medidas Provisórias nºs 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, e 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Os rendimentos das aplicações em fundos de investimento ficarão sujeitos à retenção na fonte do IRRF no último dia útil dos meses de maio e novembro (“Tributação Periódica”) ou na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou do resgate de cotas, caso ocorra antes.

O CMN publicou, em 21 de dezembro de 2023, a Resolução CMN n° 5.111/2023, que traz as definições de Entidade de Investimento e de Direitos Creditórios para fins de interpretação e aplicação das disposições estabelecidas na Lei nº 14.754/23. A Administração, com base nas definições trazidas pela nova regulamentação, analisou e classificou o Fundo como "Entidade de Investimento".

Enquanto fundo de investimento enquadrado como entidade de investimento, o Fundo fica sujeito à retenção na fonte do IRRF à alíquota de 15% (quinze por cento), na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou do resgate de cotas e não fica sujeito à Tributação Periódica citada acima.

Os cotistas isentos, os imunes e os amparados por norma legal ou medida judicial específicas não sofrem retenção do Imposto de Renda na Fonte.

23. RATING

O Comitê de Classificação de Risco da Liberum Ratings, em reunião realizada no dia 23 de Junho de 2025, encerrou o rating das Cotas Mezanino 1 'BB(FE)' longo prazo e CP4 (FE) curto prazo e das Cotas Senior 1 A-(FE) longo prazo e CP2 (FE) de curto prazo. A classificação possui perspectiva estável.

24. PRESTAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS E POLÍTICA DE INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR

A Administradora, no período, não contratou nem teve serviços prestados pela Next Auditores Independentes S/S relacionados aos fundos de investimento por ele administrados que não aos serviços de auditoria externa em patamares superiores a 5% do total dos custos de auditoria externa referentes a estes fundos. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, qual seja o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

25. DEMANDAS JUDICIAIS

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos Cotistas, quer desses contra a administração do Fundo.

26. ALTERAÇÕES EM ASSEMBLÉIAS

Instrumento Particular de Alteração do Regulamento em 19 de maio de 2025:

Alterar a Taxa de Administração e Taxa de Gestão, com fulcro no inciso I do artigo 135 da Resolução CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022 ("RCVM 175"), alterando o item 4.1. do Regulamento do Fundo, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"4.1. Nada obstante demais contratações previstas no Regulamento, será devido pelo FUNDO, a título de honorários ,a remuneração equivalente à somatória dos seguintes montantes, calculados individualmente ("Taxas de Remuneração"):
(i) a Administradora receberá a maior valor entre o percentual de 0,16% (dezesseis centésimos por cento) ao ano , incidente sobre o valor diário do Patrimônio Líquido ou o valor fixo de R$ 5.000,00 (cinco mil reais);
(ii) a Custódia receberá a maior valor entre o percentual de 0,14% (catorze centésimos por cento) ao ano , incidente sobre o valor diário do Patrimônio Líquido
ou o valor fixo de R$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais);
(iii) a Gestora receberá o maior valor entre o percentual de 0,60% (sessenta centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o valor diário do Patrimônio Líquido ou R$ 5.000,00 (cinco mil reais) para os 30 (trinta) primeiros dias do lançamento do
fundo na CVM, caso o percentual aplicado acima, não atinja o valor mínimo descrito.
Entre o 31º (trigésimo primeiro) dia e o 60º (sexagésimo) dia o mínimo aplicável será de R$ 10.000,00 (dez mil reais) caso o percentual aplicado acima, não atinja o valor mínimo descrito. Entre o 61º (sexagésimo primeiro) dia e o 90º (nonagésimo) dia, o mínimo aplicável será de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) caso o percentual aplicado acima, não atinja o valor mínimo descrito. A partir do quarto mês, o mínimo aplicável será de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) caso o percentual aplicado acima, não atinja o valor mínimo descrito.;
(iv) No que compete a taxa de distribuição, tendo em vista que não há distribuidores das Cotas que prestem serviços de forma contínua à Classe, o Regulamento não prevê uma taxa máxima de distribuição, nos termos do Ofício-Circular-Conjunto nº 1/2023/CVM/SIN/SSE. (v) a Consultoria Especializada receberá mensalmente o valor fixo mensal de R$ 900.000,00 (novecentos mil reais)"

Em razão das alterações acima, RESOLVE REFORMULAR o teor do Regulamento do Fundo, o qual passará a vigorar na forma anexa ao presente instrumento, o qual passará a vigorar a partir da data de 19 de maio de 2025, data de divulgação na CVM.

Ata da Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas Realizada em 16 de junho de 2025:

(i) A alteração do item "v" da cláusula 4.1. do regulamento do Fundo ("Regulamento"), para alterar a remuneração da consultoria especializada, de forma que passará a vigorar conforme abaixo:
"4.1. Nada obstante demais contratações previstas no Regulamento, será devido pelo Fundo, a título de honorários, a remuneração equivalente à somatória dos seguintes montantes, calculados individualmente ("Taxas de Remuneração"):
(...)
(v) Consultoria Especializada receberá mensalmente o equivalente a 2,50% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) calculado sobre os Direitos Creditórios analisados e adquiridos pelo Fundo."
(ii) A alteração das cláusulas 11.2. e 11.3. do Regulamento do Fundo, para alterar os critérios de elegibilidade e as condições de cessão, de forma que passará a vigorar conforme abaixo:

"11.2. Serão considerados elegíveis ao Fundo os Direitos Creditórios cujas informações foram transmitidas à Gestora, por meio eletrônico, de acordo com os procedimentos definidos no Regulamento, e que atendam, cumulativamente, na Data de Aquisição e pagamento, aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

a) tenham a taxa mínima de cessão correspondente a 200% da taxa CDI OVER, exceto no caso de renegociação de dívida;
b) somente Direitos Creditórios que não estejam vencidos e pendentes de pagamento na data da cessão;
c) até 50% (cinquenta por cento) do PL poderão ser representados por cheques;
d) até 100% (cem por cento) do PL poderão ser representados por duplicatas;
e) até 5% (cinco por cento) do PL poderão ser representados por Direitos Creditórios de um mesmo Devedor/Sacado.

11.3. Todo e qualquer Direito de Crédito a ser adquirido pelo Fundo deverá atender, na data da respectiva cessão, às Condições de Cessão estabelecidas abaixo, cuja responsabilidade pela verificação é da Consultora Especializada (as "Condições de Cessão"):

a) até 7% (sete por cento) do PL poderão ser representados por Direitos Creditórios de Cedentes pertencentes ao mesmo Grupo Econômico;
b) a soma dos 10 (dez) maiores Cedentes e Grupos Econômicos de Cedentes poderá atingir o percentual máximo de 42% (quarenta e dois por cento) do PL, exceto operações de CCB;

c) até 7% (sete por cento) do PL poderão ser representados por Direitos Creditórios de Devedores/Sacados pertencentes ao mesmo Grupo Econômico;
d) a soma dos 10 (dez) maiores Devedores/Sacados e Grupos Econômicos de Devedores/Sacados poderá atingir o percentual máximo de 40% (quarenta por cento) do PL;
e) até 2% (dois por cento) do PL poderão ser representados por Direitos Creditórios a performar de um mesmo originador, quando não contarem com garantia de instituição financeira ou de sociedade seguradora;
f) até 40% (quarenta por cento) do PL poderão estar representados por direitos creditórios originados de empresas em recuperação judicial;
g) o prazo médio da carteira de direitos creditórios cedidos não será superior a 120 (cento e vinte) dias;
h) até 10% (dez por cento) do PL poderão estar representados por créditos a performar;
i) até 12% (doze por cento) do PL poderão ser representados, em conjunto, por "CCBs", "NCs", Direitos Creditórios do setor imobiliário (contratos ou CCIs) ou outros tipos de contratos ou títulos de crédito;
j) o prazo médio da carteira de Direitos Creditórios cedidos não será superior a 120 (cento e vinte) dias;
k) a Classe poderá alocar até 100% (cem por cento) de seu patrimônio líquido em um único Cedente nas operações de "CCBs", caso seja instituição financeira ou equiparada; e
l) A até 6% (seis por cento) do PL poderão ser representados por Direitos Creditórios de uma mesma Cedente, exceto operações de CCB.

27. EVENTO SUBSEQUENTE

Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, não ocorreram eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações financeiras apresentadas.

Contador	**Diretor responsável**
Ricardo Cavalari da Silva	Daniel Doll Lemos
CRC-SP 322.316/O-5	

***